

Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos

Aproximações com a Educação Popular

Osmar Lottermann¹
Marileia Gollo de Moraes²
Tarcisio Samborski³

Resumo

Este trabalho apresenta o registro e uma reflexão sobre os objetivos e a aproximação pretendida entre o curso de Pós-Graduação Especialização em Educação de Jovens e Adultos – com ênfase em Educação do Campo, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *campus* Santo Augusto, por meio do Edital n.º 2/2010, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão e os preceitos da Educação Popular. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e documental, pois foram revisitados o Edital, o Projeto Pedagógico e os Trabalhos de Conclusão, que não receberam análise até o momento. Partiu-se da hipótese de que há uma identidade entre o curso e a Educação Popular. A pesquisa procura responder a duas questões: Em que contexto foi possível realizar o curso? É possível afirmar que esse curso foi constituído e desenvolvido a partir de referenciais teóricos e práticos da Educação Popular? Tomou-se como objeto de análise o texto do Edital que possibilitou o financiamento do curso, o Projeto Pedagógico e os Trabalhos de Conclusão de Curso. Procurou-se identificar as intencionalidades e o que elas têm em comum com o campo conceitual e os compromissos da Educação Popular, sobretudo no que se refere aos referenciais teóricos utilizados nos documentos de criação, nas ementas das disciplinas e mesmo nos textos dos Trabalhos de Conclusão de Curso analisados.

Palavras-chave: Curso de especialização. Educação de Jovens e Adultos. Educação Popular.

¹ Mestre em Educação nas Ciências pela Unijuí. Docente EBTT do Instituto Federal Farroupilha, Campus Santo Augusto – RS. osmar.lottermann@iffarroupilha.edu.br

² Mestre em Educação pela UFRGS. Docente EBTT do Instituto Federal Farroupilha, Campus Santo Augusto – RS. marileia.moraes@iffarroupilha.edu.br

³ Doutor em Extensão Rural pela UFSM. Docente EBTT do Instituto Federal Farroupilha, Campus Santo Augusto – RS. tarcisio.samborski@iffarroupilha.edu.br

SPECIALIZATION COURSE IN YOUTH AND ADULT EDUCATION: APPROXIMATIONS WHITH THE POPULAR EDUCACION

Abstract

This work presents a registry and a reflection about the objectives and the desired rapprochement between the Postgraduate Specialization Course in Youth and Adult Education with emphasis on Rural Education, offered by the Federal Institute of Education, Science and Technology Farroupilha – Campus Santo Augusto, through the public notice No. 2/2010, the Department of Continuing Education, Literacy, Diversity and Inclusion and the precepts of Popular Education. It is a qualitative, exploratory and documentary research because we revisit the public notice, the Pedagogical Project and Final Papers to Course, who no received no analysis to date. It is based on the hypothesis that there is identity of the course and the Popular Education. The research seeks to answer two questions: In what context it was possible to undertake the course? Is possible to affirm that that course has been constituted and developed from theoretical and practical references of Popular Education? Was taken as the object of analysis the text public notice that allowed the financing of the course, the Pedagogical Project and Final Papers of the course. We sought to identify the intentionalities and what they have in common with such concepts and compromises of Popular Education, particularly as regards to the theoretical references used in creating documents in the summaries of the disciplines and even in the Final Papers Course analyzed.

Keywords: Specialization course. Youth and Adult Education. Popular Education.

Por meio deste trabalho procuramos apresentar o registro e uma reflexão acerca de uma experiência vivida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFarroupilha) – *campus* Santo Augusto – em seus primeiros anos de funcionamento: a criação de uma Especialização *Lato Sensu*, denominada “Curso de Pós-Graduação Especialização em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Educação do Campo”. Com a reflexão, objetivamos responder às seguintes questões: a) Em que contexto foi possível realizar o curso? b) É possível afirmar que esse curso foi constituído e desenvolvido tomando por base os referenciais teóricos e práticos da Educação Popular?

A partir de algumas condições, como: o contexto da educação brasileira no período em que o curso foi criado, especialmente com o aumento do aporte de recursos e a expansão da Rede Federal de Educação Profissional; dos programas que possibilitaram a ampliação da Educação de Jovens e Adultos (EJA); da integração da Educação Básica com a Educação Profissional e da ampliação do número de cursos de formação continuada de docentes para a EJA, consideramos que as ações do Estado atenderam, em parte, aos anseios da Educação Popular, especialmente em relação à EJA, que apresenta forte identificação com ela. Esta constatação leva-nos à hipótese de que o curso realizado em Santo Augusto apresenta esse mesmo vínculo, entretanto, como afirma Moacir Gadotti (2008, p. 35): “A educação de adultos dirige-se especialmente aos adultos. Ela pode ser popular ou não”. A motivação da análise parte dessa afirmação.

Na tentativa de encontrar respostas àquelas questões, procuraremos demonstrar em que condições o referido curso foi desenvolvido, considerando o contexto brasileiro da época, o caráter das políticas públicas que lhe deram viabilidade material, a demanda regional por qualificação docente e os referenciais teóricos e metodológicos utilizados no Projeto Pedagógico do curso. O objetivo principal é analisar e apresentar a possível aproximação entre o curso de Especialização e os referenciais teóricos e metodológicos da Educação Popular.

A revisão bibliográfica e a análise documental farão parte da metodologia a ser utilizada e em razão deste aspecto não realizaremos entrevistas com os participantes discentes e nem com os demais professores que ministraram aulas no curso. As fontes consultadas serão as seguintes: um conjunto de obras

que possibilitem demonstrar a identidade da Educação Popular, os documentos oficiais referentes às condições que levaram à criação do curso, os Trabalhos de Conclusão de Curso e o Projeto Pedagógico aprovado pelo Conselho Superior da Instituição.

A pesquisa caracteriza-se como exploratória e enquadra-se na explicação de Antonio Carlos Gil (2008, p. 27) para este tipo de trabalho, dado que “Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso.” A análise levará em consideração os aspectos qualitativos dos documentos para descrever o caráter do curso e sua possível aproximação com os referenciais da Educação Popular. Para alcançarmos nossos objetivos estabelecemos categorias específicas a serem identificadas para que se possa estabelecer a relação entre o curso e a Educação Popular. Procuramos identificar, *a priori*, a categoria da educação conscientizadora; da Educação Popular; da Educação do Campo e dos Movimentos Sociais. A análise também será feita por inferências possíveis a partir do texto sobre a constituição da Educação Popular. Segundo Romeu Gomes (2011, p. 89): “Fazemos inferência quando deduzimos de maneira lógica algo do conteúdo que está sendo analisado”.

Para situar a criação do curso apresentamos um sucinto relato sobre a revitalização das políticas referentes à EJA, a partir do ano de 2003, por meio da criação de estruturas mais adequadas no Ministério da Educação e da criação de programas de incentivo à formação continuada dos educadores que atuam com essa modalidade de ensino. O esforço para integrar a Educação Básica e a Educação Profissional, ocorrido na última década; a experiência do *campus* Santo Augusto na efetivação de cursos de qualificação profissional integrados ao Ensino Fundamental, executados mediante o Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Formação Inicial e Continuada (Projeja-FIC) – também farão parte do texto. Somam-se a esses fatores a repercussão de outras experiências em EJA no Estado do Rio Grande do Sul, especialmente na Região Noroeste do Estado e uma forte demanda, ainda existente, de adultos com escolarização incompleta.

Apresentamos na sequência, no limite da pluralidade com que o conceito tem sido tratado, a trajetória histórica e controversa da Educação Popular, tomando por base os diferentes atores sociais que a protagonizaram, o que significa considerar as organizações populares e os espaços institucionais. A análise terá como preocupação explicitar o lugar da Educação Popular na História brasileira, em especial como um campo de luta por justiça social e democracia. Neste sentido, revela as diferentes formas de articulação e luta social que possibilitaram a constituição desse referencial de educação dos trabalhadores, por intermédio de movimentos sociais, grupos religiosos e ações do poder público, em circunstâncias bem específicas. O histórico e a análise buscam caracterizar a concepção de Educação Popular que apresentaremos como referencial articulador importante na criação e desenvolvimento do curso de Especialização, objetivo desta atividade de pesquisa.

O terceiro tópico aponta os elementos constituintes da proposta e desenvolvimento do curso, que permitem afirmar que se trata de uma formação continuada comprometida com os referenciais teóricos e metodológicos da EJA numa perspectiva da Educação Popular. Para fundamentar essa relação apresentaremos um estudo do Projeto Pedagógico. Neste serão analisados, desde o título que o identifica com as temáticas da Educação Popular; a explicitação dos seus objetivos; as disciplinas e suas ementas, até seus referenciais teóricos, cuja ampla maioria é de obras que se ocupam das temáticas e dos conceitos da Educação Popular.

O quarto e último tópico prioriza a análise do processo de constituição das pesquisas desenvolvidas pelos cursistas, como Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), envolvendo desde a construção do projeto, escolha do orientador, banca de qualificação, produção dos dados e sistematização do artigo científico e respectiva banca final. O movimento de análise segue o mesmo padrão já empreendido nos demais documentos, quanto à aproximação das produções finais aos que referendaram o edital, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e os pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Popular.

O edital de criação e a expressão dos seus objetivos

O curso de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Educação do Campo surgiu em um contexto histórico que permitiu e incentivou esse tipo de iniciativa. Não se desmerece em nenhum momento

o protagonismo dos proponentes em disputar o Edital 2/2010 da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), fato que possibilitou o financiamento e a criação do curso. Cabe, no entanto, salientarmos alguns fatores que permitiram e influenciaram tal iniciativa.

O primeiro deles é a opção feita pelo governo federal durante os dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em dar um pouco mais de atenção à política de EJA, com a criação da Secadi, e o surgimento de diversas ações e programas como Projovem, Saberes da Terra, Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) e a incorporação das políticas de EJA no rol de atividades financiadas pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Marcelo P. Carvalho (2012) considera que apesar das limitações impostas no financiamento, da falta de coordenação entre as diversas ações, da inclusão de termos e temas próximos aos ideais liberais, aligeiramento da formação com cursos breves, enfim, de um conjunto de elementos que poderiam ser melhorados, houve um aumento de recursos para a EJA, que eram de R\$ 500 milhões em 2002 e passaram para R\$ 4,8 bilhões em 2009.

Em relação à incorporação das políticas de EJA no financiamento do Fundeb, a Resolução 48 do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação, aprovada em 28 de novembro de 2008, foi fundamental para garantir os recursos necessários ao financiamento de iniciativas como o curso em questão. Essa Resolução estabelece orientações para a apresentação, seleção e apoio financeiro a projetos que visem à oferta de cursos de formação continuada na modalidade de Educação de Jovens e Adultos no formato de cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização. Graças a ela, a Secadi pôde lançar o Edital de Seleção nº 02 /2010 – MEC/Secadi/DPEJA (BRASIL, 2010).

O Edital nº 2/2010 buscou selecionar projetos que atendiam ao estabelecido na Resolução nº 48 e no Manual “Formação Continuada em Educação de Jovens e Adultos”. O objetivo era a realização de cursos de formação continuada de professores das zonas rural e urbana, gestores, diretores, diretores de estabelecimentos penais, agentes penitenciários e demais profissionais da educação, na modalidade de EJA no formato de cursos de Especialização.

Outro elemento importante, que está ligado ao primeiro, foi a reformulação da Educação Profissional a partir da Lei nº 11.892/2008, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Essa mudança permitiu que a política de integração entre a Educação Profissional e a EJA, definida pelos Decretos 5.478/2005 e 5.840/2006, que deram origem ao Proeja e ao Proeja-FIC, assumisse nova dimensão. Apesar da nova lei só mencionar a obrigatoriedade da oferta de cursos para o público de jovens e adultos e não estabelecer um percentual obrigatório, como fez com as matrículas do Ensino Médio e das Licenciaturas, permaneceu o entendimento da exigência de 10% das matrículas em Proeja que o Decreto nº 5840/2006 definia como obrigatório para a rede de instituições federais de Educação Profissional. Percentual que deveria tomar por base o total de matrículas oferecidas pelas instituições no ano de 2007. Tal iniciativa coloca a EJA dentro desses espaços, criando a necessidade de formação profissional para o atendimento dessa nova demanda e apresentando uma série de desafios para a efetivação dessas ações (BRASIL 2008b, 2006).

No Instituto Federal Farroupilha, *campus* Santo Augusto, a execução do Proeja-FIC em quatro turmas de três cidades da Região Ceilero do Rio Grande do Sul – Coronel Bicaco, Tenente Portela e Três Passos – em parceria com as respectivas prefeituras, permitiu a reflexão e o acúmulo de temas que apresentavam maiores dificuldades e necessidade de formação por parte dos profissionais envolvidos. Dessa experiência e da análise dos dados censitários que indicavam que entre os moradores do meio rural da região, 75,27% apresentavam apenas o Ensino Fundamental incompleto ante 48% dos moradores urbanos na mesma condição (BRASIL, 2000b) – começava-se a acumular inquietações sobre formas de intervir nessa realidade e atuar na Educação do Campo.

Constava como exigência no Manual de Formação Continuada em EJA que os cursos de formação continuada de Especialização deveriam ter carga horária de, no mínimo, 360 horas presenciais. Metade delas, 180 horas, dedicadas, obrigatoriamente, ao desenvolvimento dos fundamentos, princípios e estratégias metodológicas da Educação de Jovens e Adultos. As outras 180 horas deveriam ser dedicadas, necessariamente, aos conhecimentos voltados à educação de uma população específica (indígena, quilombola, do campo, carcerária, urbana,

juventude e com deficiência), articulados à EJA, contemplando a realidade do contexto no qual atuam os profissionais da educação, professores, gestores ou agentes penitenciários que participariam do processo de formação (BRASIL, 2008a). Nascia, a partir da influência desses elementos, a configuração de um curso de especialização em EJA com ênfase em Educação do Campo. A novidade consistia na integração, pois existiam ofertas de cursos de Pós-Graduação que trabalhavam com a temática da EJA ou a temática da Educação do Campo de forma separada

Os elementos apresentados anteriormente podem ser identificados como relacionados ao aspecto da oferta do curso. Há também outro elemento muito importante que estaria mais ligado à procura pelo curso. Havia na Região Nordeste Colonial, repercussões de iniciativas estaduais de alfabetização de adultos (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos – Mova) e da inclusão da EJA nas redes estadual e municipal. Essas experiências permitiram a aproximação de um conjunto de profissionais com o tema e a prática de docência com jovens e adultos, possibilitando uma divulgação e adesão à proposta do curso por aqueles que consideraram a necessidade de buscar mais conhecimentos e se especializar nesses temas. Isto contribuiu no sentido de que não foi preciso um processo de sensibilização, pois se tornou desnecessário despertar o interesse de professores e profissionais da região em frequentar um curso com essa especificidade, haja vista que era uma necessidade sentida, reconhecida e admitida por esses profissionais. Essa característica regional possibilitou que o processo de seleção pudesse ser feito com pessoas que já possuíam experiências em EJA, algo que contribuiu com a qualidade do curso.

Por fim, é importante salientar que a trajetória pessoal de um grupo de profissionais do *campus* Santo Augusto do IFFarroupilha, que traziam de suas atividades profissionais anteriores à admissão na Rede Federal um compromisso com a Educação Popular, representou um estímulo final (ou talvez inicial), que permitiu a articulação em torno de um plano de trabalho factível de ser realizado. Este plano foi apresentado ao Edital 2/2010 da Secadi para disputar os recursos para o curso. O projeto obteve êxito, foi selecionado e permitiu a

execução da Especialização, que teve boa procura e conseguiu preencher todas as suas vagas com profissionais que apresentavam as exigências definidas pelo edital de seleção pública que foi lançado.

A Educação Popular

Falar em educação seguida da adjetivação “popular” requer considerar alguns pressupostos: primeiramente, esclarecer o que caracteriza uma educação como popular; segundo, compreender o contexto de emergência de uma concepção de Educação Popular no Brasil e, terceiro, entre as diferentes concepções, reconhecê-la/assumi-la como uma opção teórico-metodológica de trabalho com as classes populares.

A educação compreendida como uma prática social transcende os fenômenos naturalmente auto-organizados e se configura como um conjunto de atividades humanas em determinados espaços, com intencionalidades específicas. Adjetivá-la como “popular” requer em princípio uma análise dos sujeitos aos quais se destina. Quem são os populares? Para Carlos Rodrigues Brandão (2002), os populares são o povo, os dois terços da sociedade brasileira: mulheres, homens, jovens, adultos, idosos das classes subalternas, das classes trabalhadoras, operários, camponeses, excluídos, dominados, marginalizados, pobres, minorias.

Francisco Surian (1996) analisa as classes populares do ponto de vista econômico, político, cultural, étnico e sexual, e as define como os grupos de pessoas economicamente exploradas pelo capital (ou excluídas por ele), politicamente alijadas do exercício do poder e das decisões sobre seu destino coletivo (negação da cidadania), culturalmente submetidas e que, por isso mesmo, criam uma cultura alternativa à dominante, ou simplesmente a reproduzem, eticamente obrigadas a viver do “jeitinho”, etnicamente discriminadas pela cor da pele e pela cultura diferente e sexualmente consideradas inferiores ou transgressoras de uma conduta sexual imposta como “normal”. Como diria Brandão (2002), 2/3 de quem somos: as e os brasileiros.

Aproximados dos sujeitos que experienciam a Educação Popular, é preciso ir além, refletir sobre os espaços e intencionalidades, pois há uma diferença fundamental entre a concepção de Educação Popular e a *educação do popular*, expressão cunhada por Conceição Paludo (2001) para distinguir os campos de forças políticas e culturais que historicamente disputaram entre si a direção das práticas educativas, mediante seus projetos de sociedade.

Quanto aos espaços, por sua origem no contexto dos movimentos populares, há vertentes que ainda acreditam ser ali (ou mesmo determinada época) o seu lócus privilegiado. No decorrer da História, porém, essa concepção de educação foi concretizada também em pastorais sociais, Organizações Não Governamentais (ONGs), sindicatos, administrações populares, espaços de saúde pública e até na educação formal das escolas e universidades públicas. O elemento determinante para reconhecê-la como popular, sabe-se, é a intencionalidade do seu processo educativo, enumerada por Jaime Zitkoski (2000): liberta o homem em todos os sentidos, conscientiza e promove a participação social e política; é aquela educação que se refere à prática; é a educação política dos trabalhadores, que prepara o trabalhador para lutar por seus direitos e pela transformação da sociedade.

A Educação Popular entendida como todas as ações voltadas à realidade das classes trabalhadoras, com o objetivo de organizá-las política e socialmente, requer uma metodologia de trabalho de base, orientado e organizado com clareza da diferenciação de classes existente na estrutura da sociedade (ZITKOSKI, 2000). Uma metodologia participativa, dialógica, ou como afirma Zitkoski (2000), uma pedagogia voltada à realidade do povo, que trabalha com fatos concretos do cotidiano, como base para superar as situações- limite que oprimem as pessoas, conhecendo-as, entendendo o porquê dessas situações e discutindo estratégias de ação política para transpô-las. Uma pedagogia que leve o cidadão a pensar por si próprio e que possibilite a construção da sociedade emancipada.

Em suma, não é qualquer trabalho com as classes populares em qualquer lugar que pode ser considerado Educação Popular, podendo até ser considerado “educação do popular”. Já foi destacado como estão sendo compreendidos, neste texto, os sujeitos, espaços, objetivos e metodologias da Educação Popular e que

a intencionalidade é o elemento determinante. Essas afirmações dialogam com o contexto de emergência da Educação Popular no Brasil, uma vez que essa concepção se origina da organização das classes populares pelos seus ideais de educação, uma vez que o projeto de modernidade⁴ brasileiro optou pela dimensão econômica do desenvolvimento da sociedade, incluindo-as precariamente.⁵ E a educação passa a ser compreendida como sinônimo de escolarização.

A escola pública, gratuita, universal, obrigatória e laica, tal qual a conhecemos hoje, é fruto desse período, constituindo-se numa das três esferas do processo civilizatório: “a razão (ilustração), o Estado de Direito (forma reguladora materializada por meio da lei e de instituições tais como o Estado, a escola, a família) e o capitalismo (modo de produção)” (PALUDO, 2001, p. 21). Uma escola para todos, porém dualista, na qual as classes populares tinham acesso ao ensino primário e profissional e as outras classes ao ensino secundário e universitário. A fratura visível das diferenças de classes, escamoteada pelo discurso da igualdade de oportunidades, foi contestada com diferentes orientações em distintas épocas.

O movimento socialista (1889-1909) estruturou a luta por intermédio do movimento sindical e da fundação das Bibliotecas Populares, Escolas Operárias. Já os libertários (1910-1922) assumem o movimento dos contraordem, acreditam numa sociedade autogerida e livre e atacam o ensino público, que favorecia a burguesia e o clero, por se afastarem dos interesses dos trabalhadores. Desenvolveram a Educação Racionalista, inspirada em Francisco Ferrer e instituíram a discussão pedagógica por meio da imprensa; a fundação da Universidade Popular no Rio de Janeiro; a criação de Centro de Estudos Sociais e

⁴ A modernidade representa um modo de civilização que se contrapõe às sociedades tidas como tradicionais constituindo enquanto projeto uma nova formação econômico-social. Os fatores de sua gênese: capitalismo comercial ou mercantil (século 14); o Renascimento (séculos 14 ao 16) retomado e aprofundado pela Ilustração (século 18), a Reforma Protestante e a Contrarreforma da Igreja Católica (século 16) e o Estado absolutista. Todos esses movimentos inserem-se num contexto maior de construção de uma nova ordem na Europa, cujo período estendeu-se até o século 18 (PALUDO, 2001).

⁵ José de Souza Martins (2002) cunha a expressão “inclusão precária” referindo-se que há processos sociais excludentes, mas não há exclusões consumadas, definitivas, irremediáveis. A exclusão/inclusão é sempre uma relação: não se faz parte de tudo, na mesma proporção, e ao mesmo tempo, mas não há exclusão absoluta.

a fundação de Escolas Modernas para o Ensino Racionalista. Pela repressão à movimentação grevista, na década de 20, essas escolas são fechadas e um novo direcionamento é dado à Educação Popular com o movimento da Escola Nova (a partir de 1922), com o Partido Comunista. Lançaram-se à tarefa de politização das massas preocupados com a formação de quadros para a disputa do poder de Estado (PALUDO, 2001). Nesse sentido, a emergência da concepção de Educação Popular está associada, segundo Paludo (2001, p. 85),

[...] ao fato de as classes populares existirem e às suas condições de vida; às opções que as elites tiveram de rumos para o desenvolvimento do Brasil; ao movimento internacional dos trabalhadores; às idéias pedagógicas predominantes num determinado período; ao desejo e esperança de construção de um mundo melhor, e às possibilidades de, via educação, contribuir para a emancipação das classes subalternas e para a sua entrada no cenário político. De uma forma ou de outra, estas três forças políticas estavam preocupadas com a construção de um poder popular, embora, para cada uma delas, o significado desta construção e a forma de realizá-lo fosse diferenciada.

E acredita-se que foi com a Educação Libertadora de Paulo Freire, na década de 60 do século 20, que pela primeira vez de forma consistente se experienciou o que fazer da pedagogia das classes populares em disputa com as outras concepções de educação na época: a educação tradicional jesuítica (igreja), a escola nova (burguesia) e a educação tecnicista (governo).

Nesse período, vivenciou-se uma revolução cultural por meio dos movimentos de educação de caráter popular: 1) o Movimento de Educação de Base (MEB), organizou as escolas radiofônicas; 2) o Movimento de Cultura Popular (MCP) desenvolveu o projeto de Educação de Adultos – que contemplou os Centros de Cultura abrigoando os Círculos de Cultura – embrião das primeiras práticas de alfabetização numa visão freiriana, e o projeto de Teatro Popular – organizado por meio de circos ambulantes em que após a exibição de peças de teatro e sessões de cinema, os educadores (jovens universitários da União Nacional dos Estudantes – UNE, artistas, intelectuais e líderes operários) promoviam um debate com o público sobre os temas abordados; 3) da parceria entre o MCP e o Serviço de Extensão Cultural da Universidade Federal de Pernambuco, foi possível a realização da experiência de alfabetização de adultos em Angicos, no

Rio Grande do Norte; dos cursos de realidade brasileira para grupos de Educação Popular, entre os quais se destacaram a equipe da Campanha de Educação Popular da Paraíba (Ceplar); os cursos de extensão para jovens e também a Rádio da Universidade (MORAES, 2005).

Revolução cultural interrompida pelo Golpe Militar de 1964, e “abrigada” e reinventada posteriormente, de certa forma, pelas pastorais sociais da Igreja Católica (Teologia da Libertação), pelo movimento dos trabalhadores (Novo Sindicalismo) e os Centros de Educação e Promoção Popular. “Vê-se clara, então, a orientação política da Educação Popular [...] A ação educativa deveria contribuir para a construção da organização dos diversos movimentos sociais populares” (PALUDO, 2001, p. 99).

Dessa trajetória depreendem-se as diferentes concepções de educação popular, as quais Brandão (2002) nomeou como: 1) negação: não é considerada uma tendência pedagógica, apenas uma espécie de desvio ideológico da Pedagogia; 2) reconhecimento da importância cultural da educação popular, mas situada mais no campo dos movimentos sociais do que na educação; 3) fenômeno situado e datado na história da educação de alguns países da América Latina, tendo o Brasil como foco de origem; 4) A Educação Popular foi e prossegue sendo a sequência de ideias e propostas de um estilo de educação – trabalho pedagógico multivariado, realizado preferencialmente por setores mobilizados pela sociedade civil; uma outra educação viável e alternativa. Assim como Brandão (2002), os atores/autores do Curso de Especialização em questão acreditam nessa última concepção em que a Educação Popular foi e prossegue sendo uma opção teórico-metodológica de educação vivenciada pelo povo por meio de seus saberes, que devem ser problematizados para atingir, por meio do diálogo, a organização das classes populares na luta por direitos iguais para todos.

O Projeto Pedagógico do Curso e seus aspectos teóricos e metodológicos

Passamos à procura da identificação de aspectos teóricos e metodológicos que sustentam o objetivo deste artigo, ou seja, demonstrar a relação entre a proposta do curso com os objetivos da formação de educadores na e para a atividade

docente nos diferentes espaços da Educação Popular. Esta, entendida conforme a definimos no tópico anterior, com base nos autores já citados. Para começar, tomemos o título do curso como um primeiro sinal do esforço de identificá-lo com a formação de educadores para a Educação Popular: “Especialização em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Educação do Campo”.

A Educação de Jovens e Adultos é o campo da educação, seja ela da Educação Básica ou articulada à Educação Profissional, destinado a oportunizar a escolarização àqueles que não a tiveram na fase considerada mais adequada para a escolarização básica. Conforme Paulo Freire (2014, p. 33), “A Educação de Adultos é mais bem percebida quando a situamos hoje como Educação Popular”. No entendimento de Moacir Gadotti (2008), a discussão sobre a identidade ou não da educação de adultos com a Educação Popular é alimentada por uma trajetória bastante variada. Dependendo do momento histórico, ela foi promovida pelo Estado ou por movimentos que em determinadas circunstâncias estavam se contrapondo ao Estado. A própria Educação Popular na América Latina, segundo o autor, percorreu caminhos diversos, tendo sua origem em políticas de Estado para se tornar depois uma tarefa das organizações populares, em contraposição ao Estado, este sendo visto como de interesse essencialmente burguês. Parecem convergir os autores para o fato de que a educação de adultos percorrerá também caminhos diferentes ao longo da sua história latino-americana e brasileira.

“O conceito de Educação de Adultos vai se movendo na direção do de educação popular na medida em que a realidade começa a fazer algumas exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores e das educadoras”(FREIRE, 2014, p. 33).

Um curso que teve como questão central a Educação de Jovens e Adultos na perspectiva que está sendo percebida nesta análise tem compromissos com questões importantes dessa aproximação entre a EJA e a Educação Popular. Parece, também, haver consenso quanto ao fato de que o que caracteriza a Educação Popular é seu sentido de consideração ao vivido pelos grupos populares. Neste aspecto, o curso contempla a valorização das experiências dos diferentes grupos envolvidos nos processos educativos, conforme será explicitado, ainda neste tópico, por meio de um dos seus objetivos específicos que será analisado.

No texto do Projeto Pedagógico do Curso (BRASIL, 2010, p. 4) está escrito, em seu objetivo geral, que o curso pretende:

“Qualificar profissionais da educação visando uma reflexão crítico-conscientizadora sobre a Educação de Jovens e Adultos, com ênfase na educação do campo, bem como formar profissionais para área específica de conhecimento”.

Pode-se inferir que os autores do projeto, em sintonia com a mensagem do Ministério da Educação, por intermédio da Secadi, propuseram-se a desenvolver uma formação continuada de caráter progressista, comprometida com a tomada de consciência dos educadores e educadoras.

O conceito de educação conscientizadora ganhou historicidade e significado político transformador a partir de Freire (2014, p. 34): “Lidando com o processo de conhecer, a prática educativa é tão interessada em possibilitar o ensino de conteúdos às pessoas quanto em sua conscientização”. Ao referir-se ao conhecimento de “área específica”, o documento parece contemplar esta orientação, no sentido de que a qualificação profissional pretendida atenda a esses dois compromissos do educador.

Entre os objetivos específicos, que somam um total de sete itens, destaca-se: “Adquirir clareza teórico-metodológica sobre questões educativas do campo, bem como seu contexto sócio-econômico-cultural” (BRASIL, 2010, p. 5). O cuidado na determinação “do campo”, expressão também utilizada no nome do curso, diz respeito à categoria Educação do Campo. Esta categoria é resultado da luta travada no espaço teórico e político do movimento social dos trabalhadores do campo, que reivindicam políticas públicas adequadas aos seus interesses históricos. Ao contemplar essa concepção, a proposta de qualificação de educadores e educadoras dá um passo importante na direção da Educação Popular, na qual se insere a Educação do Campo. Para Roseli Salette Caldart (2011, p. 151). “Trata-se de uma educação *dos* e não *para* os sujeitos do campo. Feita sim através de políticas públicas, mas construídas com os próprios sujeitos dos direitos que as exigem”. A compreensão da categoria Educação do Campo e o seu emprego denota o desejo de estabelecer e registrar o compromisso do curso

com a Educação Popular. Merece destaque um outro objetivo, cujo conteúdo estabelece compromissos com espaços fundamentais da Educação Popular, como: “Possibilitar a socialização de relatos de experiências educacionais locais que vêm sendo desenvolvidas de forma inovadora por movimentos sociais organizados, organizações não-governamentais, agricultores familiares, entre outros” (BRASIL, 2010, p. 5). Os movimentos sociais e a Educação Popular têm um vínculo histórico, aqueles constituídos de espaços prioritários de Educação Popular, e esta, quando organizada enquanto programa de Educação, diferencia-se dos processos que ocorrem no interior das lutas populares, mas tem em seus objetivos a busca da cidadania do povo e toma a situação dos grupos sociais submetidos ao capital como o público com e para o qual constrói suas estratégias pedagógicas.

Segundo Maria da Glória Gohn (2012, p. 55-56), houve fases distintas na relação entre Educação Popular e movimentos sociais, entretanto estas relações estão sempre presentes e ocorrem “a partir do trabalho das assessorias. Para nós, não existe movimento social puro, isolado, formado apenas de participantes populares, da base. Sempre há a presença de elementos externos ao grupo demandatário”. Demonstrada a relação, é possível afirmar que o PPC do curso em análise apresenta também esse aspecto tão caro e, em boa medida, definidor do caráter da Educação Popular.

Em ampla descrição sobre a metodologia proposta, aparecem condições e procedimentos que ajudam a definir o caráter do curso, entre eles: o ato pedagógico como um compromisso político do educador; a necessidade de a investigação ser um meio de compreensão das práticas sociais; a compreensão do contexto histórico, geográfico e social, entre outros. Como forma de melhor caracterizar esses compromissos, tem-se aqui uma tradução literal de uma afirmação que explicita ser um objetivo da metodologia:

Compreender que o processo formativo enquanto foco de criação e produção de conhecimento a partir da investigação e da aprendizagem, tendo o diálogo enquanto desejo humano e método de reflexão capaz de lhes fornecer as alternativas de intervenção na realidade social através da relação interativa entre o pensar, investigar, agir e aprender (BRASIL, 2010, p. 15).

É bastante elucidativa a afirmação do diálogo como algo inerente ao desejo humano e, por consequência, reconhecê-lo como método. “O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para *pronunciá-lo*, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu” (FREIRE, 2005, p. 91). Este preocupar-se com as práticas sociais e aperfeiçoar as condições de suas análises foi contemplado por meio dos constantes seminários, ciclos de debates e até viagens de estudo.

Para encerrar a descrição e análise do PPC do curso, optou-se por comentar alguns aspectos constantes nas ementas que se apresentam de forma mais incisiva e que podem colaborar com a ideia de que o curso tem características que o inscrevem como uma proposta de formação comprometida com a Educação Popular. As temáticas abordadas foram divididas em dez disciplinas, com carga horária de 30 horas cada, com exceção de uma, com carga horária de 90 horas, ministradas, de modo geral, por mais de um professor. O que predominou nos títulos e ementas das disciplinas foram expressões que apontam para referenciais teóricos da Educação Popular, da Educação do Campo ou da Educação Profissional de cunho progressista, como é possível constatar na descrição feita sobre cinco das dez disciplinas que compõem o projeto pedagógico em análise. Destacam-se as seguintes disciplinas:

a) Perspectiva Histórica e Desafios Contemporâneos nas Políticas Públicas.

Nesta ementa os autores apresentam o estudo sobre a “produção e a reprodução da escola no Brasil”, tendo como questão a ser enfatizada o papel destinado à EJA. Pelos referenciais teóricos utilizados, pode-se perceber que houve a intenção de mostrar aspectos como a dualidade na educação brasileira e o caráter marginal da EJA.

b) Educação de Jovens e Adultos e Mundo do Trabalho. Dá-se centralidade à categoria trabalho e às diferentes fases do capitalismo como modelo econômico e social, sob o qual vêm ocorrendo os processos formativos dos trabalhadores e as condições dos sujeitos da EJA, como trabalhadores que se veem obrigados a conciliar a jornada de trabalho e a escolarização.

c) Educação do Campo na História da Educação Brasileira. A ementa propõe um estudo sobre as diferenças históricas entre educação rural e Educação do Campo, definindo os seus projetos societários. A discussão conceitual foi

realizada a partir de vários autores, entre os quais pode-se destacar: Miguel Arroyo, Maria Teresa Lousa da Fonseca e Vanilda Pereira Paiva. Estes autores têm estudos relevantes sobre a EJA e a Educação do Campo.

- d) *Sujeitos Sociais e Espaços de Produção Pedagógica dos Movimentos Sociais e Sindicais*. Esta disciplina contempla em sua ementa aspectos fundamentais da Educação Popular, entre os quais estão a teoria dos movimentos sociais e a história dos movimentos sociais do campo no Brasil, indicando como referenciais de leitura, entre outros, as autoras Lia Tiriba e Marlene Ribeiro.
- e) *História da Agricultura Familiar e Camponesa com Ênfase na Formação da Agricultura da Região Noroeste do Rio Grande do Sul*. Houve um destaque para a ocupação do território do Rio Grande do Sul, especialmente da Região Noroeste, e o processo de modernização conservadora da agricultura. Foram analisadas as propostas dos principais atores do campo – Contag, Fetraf e Via Campesina para a Educação do Campo. Destaca a questão da agricultura familiar e do campesinato nessas condições históricas, por meio dos autores Eric Sabourin, Paulo Zart e Sérgio Schneider. Nesta ementa aparecem categorias que aproximam, inegavelmente, a proposta da disciplina dos referenciais da Educação Popular: agricultura familiar, campesinato, ocupação territorial da região, contradições de classe, relações de poder, agroecologia, conflito intergeracional, sucessão familiar, pluriatividade e outros.

Mediante esta caracterização, ainda que feita de maneira resumida, é possível afirmar que – considerando entre as dez disciplinas algumas mais específicas referentes às metodologias e recursos didáticos – predominaram componentes cujos conteúdos e referenciais teóricos não deixam dúvida quanto à identidade do curso, com preceitos teóricos e metodológicos da Educação Popular.

Os Trabalhos de Conclusão de Curso

Desde o projeto inicial constava em seus objetivos a necessidade de “iniciar um processo de investigação científica e de produção de saber da educação de jovens e adultos e da educação do campo” (BRASIL, 2010, p. 5). Desta forma,

planejou-se que uma das ações do curso seria a produção de artigo a partir do estudo da realidade local do educador cursista, como um trabalho de conclusão. Posteriormente incorporadas ao PPC, consolida-se essa ação e torna-se um dos elementos formativos do pós-graduando. Esperava-se que esse momento permitisse uma reflexão sobre a realidade; um aprimoramento das práticas nos processos educativos; uma produção de conhecimento sobre eles e a divulgação do fazer pedagógico que se realiza nos espaços de atuação, seja na escola pública ou outros locais em que ocorrem práticas organizadas de educação.

Para auxiliar nesse processo cada aluno teve um orientador entre os professores da instituição. Essa escolha ocorreu no primeiro semestre, sem a interferência da coordenação do curso e cada aluno escolheu aquele professor que julgava mais adequado para realizar a orientação do projeto que tinha intenção de executar. Pode se afirmar que, geralmente, a escolha levou em conta a formação específica dos professores, ou seja, alunos que eram professores no campo da Física escolheram professores de Física, ou na especificidade entre as temáticas EJA e Educação do Campo, professores que trabalhavam com Educação do Campo foram escolhidos para orientar.

Além do orientador, as bancas de qualificação do projeto de estudo foram formadas por mais dois professores que avaliaram o projeto e apresentaram contribuições. A partir da qualificação, os alunos iniciaram o trabalho de campo e ao findarem esta etapa elaboraram um artigo que foi novamente submetido à mesma banca de professores, agora, porém, com o objetivo de avaliar o artigo. A definição por um artigo e não por uma monografia de final de curso baseou-se no fato de que a primeira forma é a mais utilizada para divulgação de conhecimentos. Organizada sob esses moldes, julga-se que foi atendido o que prescreve o artigo 10º da Resolução CNE/CES nº 1, de 3 de abril de 2001, ou seja, os Trabalhos de Conclusão de Curso devem ser divulgados por meio de seminários, abertos ao público em geral, possibilitando conhecimento do que foi desenvolvido no curso, bem como uma reflexão acerca do espaço-tempo do especialista em Educação (BRASIL, 2010).

Uma análise dos temas abordados nos artigos de conclusão revela que foi possível atender aos objetivos do curso, contribuindo significativamente nas especificidades da temática da EJA/Educação do Campo e seus aportes teórico e metodológico da Educação Popular. Apesar de que tal afirmação possa parecer redundante, pois previa-se que os trabalhos finais trariam contribuições nessa perspectiva, não havia, *a priori*, garantias do alcance desses objetivos, haja vista que a escolha da temática em um curso de Especialização esporádico é muito pessoal, marcado mais pela disposição do educando que pela estrutura do curso quando comparado a um programa de Pós-Graduação em outros níveis, que possui linhas de pesquisas definidas. Nesse contexto, há sempre o risco de desvio da abordagem pretendida.

Diante disso, pode-se afirmar que na grande maioria dos artigos houve uma contribuição da área específica de formação do aluno para o universo da EJA, ou aproximações de temas clássicos da EJA para o local de trabalho ou de residência dos alunos. Graças à grande variedade na formação dos profissionais que cursavam, ocorreu também uma diversidade nas abordagens, como podemos observar nos estudos que deram origem aos trabalhos finais. Entre os trabalhos apresentados estão artigos que tratam da mulher na educação, trabalho e política; Educação Física na EJA; letramento digital na Educação do Campo; sistematização de experiências; analfabetismo; leitura e escrita com alunos da EJA; formação permanente de professores; idosos na EJA; Escola do Campo em turno integral; Escola multisseriada; EJA em comunidade rural; desenvolvimento local e EJA; formação continuada de professores na EJA; permanência e êxito de alunos da EJA; Botânica nas aulas de EJA; contribuição do bibliotecário no retorno dos jovens e adultos à escolarização; sociolinguística na EJA e Física para alunos da EJA. Além dos temas selecionados, analisamos outra escolha feita: o espaço em que foi realizado o estudo. Há a predominância de escolas, afinal, a grande maioria dos alunos são profissionais da educação. Nesses locais, estudos em turmas específicas de alunos da Educação de Jovens e Adultos concentra grande parte dos trabalhos. Foi significativo também o número de estudos em Escolas do Campo. Alguns trabalhos envolveram a comunidade local em que residiam ou laboravam e mais escassos foram aqueles que tiveram abrangência municipal. Foram raros os alunos que não fizeram trabalho de cam-

po, restringindo-se à apresentação de um estudo bibliográfico e teórico sobre algum aspecto da Educação de Jovens e Adultos. Nessa perspectiva identifica-se o comprometimento desses alunos ao relacionarem sua pesquisa de conclusão de curso com o seu contexto profissional, contribuindo para sua realidade local e regional somando-se à relevância acadêmica de suas escolhas.

Os referenciais teóricos apresentam grande correspondência com a bibliografia básica utilizada pelos professores, com Paulo Freire, Miguel Arroyo, Vanilda Pereira Paiva, Gaudêncio Frigotto, o Parecer CEB 11/2000 e outros já citados. Apenas um trabalho não apresentava em suas referências alguma obra mais ligada à bibliografia selecionada pelos docentes. A adoção dos referenciais que embasaram as disciplinas ministradas sugere uma incorporação desse instrumental teórico na leitura do mundo em que vivem, mostrando ter sido atendida, ao menos em parte, as aspirações no aspecto formativo que o PPC pretendia.

Também constatamos que houve resistências aos referenciais teóricos propostos, dada a pluralidade de pensamento dos participantes do curso, o que, em parte, pode até ter sido um fator que contribuiu para algumas desistências. Esta constatação, entretanto, reforça a hipótese de que o curso sustentou uma forte identificação com a Educação Popular.

Considerações Finais

Objetivamos com este artigo, principalmente, fazer um registro e uma análise reflexiva acerca do contexto e das condições que levaram à criação do primeiro curso de Especialização *Lato Sensu* no Instituto Federal Farroupilha – *campus* Santo Augusto – o curso de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Educação do Campo. Ao revisitarmos os documentos foi possível evidenciar as condições em que o curso foi realizado, por meio da caracterização das políticas públicas que estavam sendo adotadas naquele momento; as condições de sua execução e as principais características que possibilitaram afirmar a sua relação com os compromissos de formação docente da Educação Popular.

O primeiro passo foi dado a partir da análise de documentos que criaram as condições materiais para a realização do curso, especialmente o edital 2/2010 da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Também foi possível situar esta iniciativa específica num contexto mais amplo de valorização das políticas destinadas à EJA, como a criação do Proeja e do Proeja-FIC. Ficou também demonstrada a existência de profissionais com experiências anteriores no campo da Educação Popular e que foram participantes na organização de turmas de Proeja-FIC na região de abrangência do IFFarroupilha – *campus* Santo Augusto.

Para alcançarmos o objetivo de situar o curso como uma proposta vinculada à Educação Popular, apresentou-se os pressupostos necessários para que uma educação possa ser caracterizada como popular. Também identificamos em que circunstâncias ela foi se constituindo na história da educação brasileira. Ficou evidenciada a sua vinculação às lutas populares pelo reconhecimento dos seus direitos fundamentais, ou seja, seu papel essencial na emancipação das classes populares. Os referenciais teóricos apresentados fundamentam a Educação Popular como uma concepção de processo educativo que se realiza como opção teórica e política. Os autores em que foram referenciadas as reflexões corroboram no objetivo de explicitar a aproximação entre a Educação Popular e o caráter da Especialização, objeto desta pesquisa.

No que diz respeito à análise do Projeto Pedagógico do Curso, consideramos esta etapa como o meio que viabiliza sustentar a materialidade do que foi afirmado, isto é, de que se trata de um curso cuja referência na Educação Popular é muito forte. Desde a denominação do curso trouxemos aspectos que estreitam as relações com o que foi consolidado como Educação do Campo, numa perspectiva dos interesses históricos dos trabalhadores do campo e não uma educação para o meio rural.

Em relação à metodologia e às ementas, fica demonstrada a importância que se atribuiu ao diálogo e à reflexão dos participantes em relação às suas práticas de trabalho educativo. Os ciclos de debates, os seminários e os exercícios de sistematização aparecem com frequência. Essas metodologias foram conso-

lidades nos processos de Educação Popular. Analisamos cinco ementas cujos títulos, temáticas e referenciais teóricos não deixam dúvida de que se trata de um curso voltado para a formação docente na perspectiva da Educação Popular.

Mediante a descrição dos Trabalhos de Conclusão foi possível apresentar e reiterar aspectos já mencionados quanto ao caráter do curso. As temáticas mais recorrentes e os referenciais teóricos conduzem ao reconhecimento do alcance do objetivo, qual seja, o de confirmar a hipótese de que o curso de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Educação do Campo representou uma aproximação entre a formação continuada, em âmbito de Pós-Graduação *Lato Sensu* e os pressupostos da Educação Popular.

Conforme já mencionado anteriormente, no conjunto de fatores que oportunizaram esta experiência, não podem ser esquecidos: uma certa prioridade dada à EJA, no âmbito das políticas públicas; as condições da Região Ceileiro e suas demandas por formação continuada de professores; a instituição do Proeja e do Proeja-FIC no *campus* Santo Augusto, e o comprometimento de um corpo docente que acreditou e acredita que os referenciais teóricos e metodológicos da Educação Popular têm uma contribuição importante a oferecer para a formação de educadores e educadoras.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A educação popular na escola cidadã*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Carlos Roberto Jamil Cury (relator). *Parecer CEB11/2000 – Diretrizes curriculares nacionais para a Educação de Jovens e Adultos*. 2000a.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. *Censo Demográfico*. 2000b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000>>. Acesso em: 8 nov. 2015.

_____. Ministério da Educação. *Resolução CNE/CES Nº 1, de 3 de abril de 2001*. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de Pós-Graduação. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria Ministerial 2.080*, de 13 de junho de 2005. Estabelece, no âmbito dos Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, as diretrizes para a oferta de cursos de educação profissional de forma integrada aos cursos de Ensino Médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. 2005a.

_____. *Decreto nº 5.478*, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja. 2005b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm>. Acesso em: 10 nov. 2015.

_____. Presidência da República. *Decreto 5.840*, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) e dá outras providências. 2006.

_____. Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Resolução nº 48/2008*, de 28 de novembro de 2008. Estabelece orientações para a apresentação, seleção e apoio financeiro a projetos que visem à oferta de cursos de formação continuada na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos no formato de cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização. 2008a.

_____. Congresso Nacional. *Lei 11.892*, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. 2008b.

_____. *Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação*. Especialização em Educação de Jovens e Adultos – com ênfase em Educação do Campo. Instituto Federal Farroupilha. 2010.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, Miguel González; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). *Por uma educação do campo*. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CARVALHO, Marcelo Pagliosa. A Educação de Jovens e Adultos nos governos Lula (2003-2011): incongruências das políticas e do Fundeb. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 35, 2012, Porto de Galinhas. *Anais...* Porto de Galinhas: Anped, 2012. p. 1-18.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. *Política e educação*. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GADOTTI, Moacir. *Mova, por um Brasil alfabetizado*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 30. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 108 p. (Coleção temas sociais).

MORAES, Marileia Gollo de. *Mulheres das classes populares: histórias e saberes*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Porto Alegre: UFRGS, 2005.

PALUDO, Conceição. *Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular*. Porto Alegre: Camp; Tomo Editorial, 2001.

SURIAN, Francisco. *A mística do animador*. São Paulo: Ática, 1996.

ZITKOSKI, Jaime José. *Horizontes da (re)fundamentação em Educação Popular: um diálogo entre Freire e Habermas*. 1. ed. Frederico Westphalen: URI, 2000. 384 p. V. 1.

Recebido em: 23/12/2015

Aceito em: 6/4/2017